

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará pena. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 22

Algumas influências da tecnologia na organização do trabalho

1 A concepção de trabalho pode ser entendida como uma
 4 força exclusivamente humana, realizada por qualquer
 indivíduo, grupo, categoria profissional ou classe social cujo
 conteúdo e forma são determinados a partir das necessidades
 sociais a serem satisfeitas. Dentro desse contexto, a influência
 da tecnologia na consecução do trabalho é freqüentemente um
 7 catalisador de soluções, mas também de problemas.

Tecnologia pode ser definida, genericamente, como
 um conjunto de conhecimentos e informações organizados,
 10 provenientes de fontes diversas, como descobertas científicas
 e invenções, obtidos por meio de diferentes métodos e
 utilizados na produção de bens e serviços.

13 Na sociedade capitalista, a tecnologia caracteriza-se
 por ser um tipo específico de conhecimento com propriedades
 que normalmente a tornam útil a quem a utiliza, pois
 16 instrumentaliza a experimentação, transformando
 conhecimento científico em aplicação técnica, ampliando e
 possibilitando a produção de novos conhecimentos científicos
 e influenciando, dessa forma, transformações na organização
 do trabalho.

As novas descobertas e a utilização das inovações
 22 tecnológicas das últimas décadas têm deixado o mundo do
 trabalho muito mais interligado, rápido e diversificado e,
 conseqüentemente, menos previsível. Essas incertezas,
 25 somadas às do mercado, em compasso com as descobertas nas
 áreas de tecnologia de informações e robotização industrial,
 têm como conseqüência inúmeras mudanças que vêm
 ocorrendo no desempenho das atividades do dia-a-dia dos
 28 trabalhadores nas organizações.

Ainda nesse mesmo contexto, a denominada economia
 31 das nações vem exigindo uma forte e generalizada
 qualificação educacional e profissional de todos aqueles que
 pretendem estar dentro dos parâmetros hoje exigidos pelo
 mercado no que se refere à empregabilidade. Em
 34 contrapartida, avanços científicos e tecnológicos buscam
 incessantemente novos padrões de especialização das
 economias e a adoção de novos modelos da organização do
 37 trabalho.

Silmara Cimbalista. Internet: <http://www.pr.gov.br/ipardes>.
 Acesso em 8/7/2003 (com adaptações).

Julgue os fragmentos nos itens abaixo quanto à manutenção das idéias desenvolvidas nos parágrafos indicados do texto I.

- 1 Primeiro parágrafo:** O trabalho, seja realizado por indivíduos, grupos, categorias ou classes profissionais, é força exclusivamente humana, porque os animais, mesmo os mais evoluídos em suas espécies, não possuem necessidades sociais a serem satisfeitas.
- 2 Segundo parágrafo:** Genericamente, tecnologia define-se como o conjunto de informações e saberes, oriundos de fontes diversas, organizados, obtidos por intermédio de métodos variados e empregados na produção de bens e serviços.
- 3 Terceiro parágrafo:** Segundo uma concepção capitalista, classifica-se tecnologia de acordo com o tipo de conhecimento útil para quem a utiliza na produção de novos conhecimentos que influenciarão as organizações trabalhistas.
- 4 Quarto parágrafo:** Porque inúmeras mudanças vêm ocorrendo no desempenho das atividades diárias das organizações, o mundo do trabalho revela-se muito mais interligado, rápido, diversificado e previsível.
- 5 Quinto parágrafo:** A qualificação educacional e profissional de todos os que pretendem estar dentro dos parâmetros exigidos pelo mercado de trabalho é fator de empregabilidade desde que os avanços científicos e tecnológicos busquem novos padrões de especialização.

Acerca das relações morfosintáticas, semânticas e discursivas presentes no texto I, julgue os itens a seguir.

- 6** O vocábulo “catalisador” (ℓ.7) foi empregado no texto com o sentido de **incentivador**.
- 7** Na linha 17, há uma relação implícita de causa e conseqüência entre “conhecimento científico” e “aplicação técnica”; cronologicamente, a anterioridade daquele perante esta garante tal relação.
- 8** No trecho “somadas às do mercado” (ℓ.25), subentende-se o vocábulo **certezas**.
- 9** No contexto do quarto parágrafo, os termos “tecnologia” e “robotização”, ambos na linha 26, estão empregados como sinônimos.
- 10** O emprego do duplo hífen em “dia-a-dia” (ℓ.28) é opcional, porque a referida expressão é adjetiva e tem o sentido de rotineiro, ou seja, dia após dia.

Considerando a grafia, a concordância e a regência das estruturas lingüísticas do texto I, julgue os itens subseqüentes.

- 11 Acentuam-se os vocábulos “indivíduo” e “influência” pela mesma razão, assim como a mesma norma ortográfica justifica a grafia das palavras “conteúdo” e “freqüentemente”.
- 12 Na linha 9, a flexão do adjetivo “organizados” indica que ele está qualificando, simultaneamente, os substantivos “informações” e “conhecimentos”.
- 13 As formas verbais “vêm” (l.27) e “vem” (l.31) indicam que o mesmo verbo auxiliar, **vir**, está, no primeiro caso, no plural, para estabelecer a concordância com um sujeito sintático também no plural; depois, no singular, para concordar com um sujeito também no singular.
- 14 Ocorre o acento grave em “à” antes de “empregabilidade” (l.34) para indicar que, nesse lugar, houve a fusão de uma preposição, exigida pelo vocábulo antecedente, com um artigo definido, usado antes dessa palavra feminina.
- 15 Substituindo-se a passagem sublinhada em “avanços científicos e tecnológicos buscam incessantemente novos padrões de especialização das economias” (l.35-37) pelo pronome correspondente, tem-se **avanços científicos e tecnológicos buscam-nos incessantemente**.

Tendo o texto I por referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema nele focalizado, julgue os itens que se seguem.

- 16 O domínio do conhecimento e as contínuas inovações tecnológicas desempenham papel central no atual estágio de desenvolvimento da economia mundial.
- 17 No mundo contemporâneo, os sistemas educacionais buscam se organizar tendo por objetivo, além da formação da cidadania, levar o aluno a compreender os mecanismos que norteiam o sistema produtivo de modo a nele se inserir.
- 18 Na economia globalizada do tempo presente, o suporte oferecido pela tecnologia é essencial para a ampliação da produção, mas irrelevante para a circulação de bens e de capitais.
- 19 Um caso típico de mudanças hoje verificadas no mundo do trabalho, graças aos avanços tecnológicos, é o fortalecimento da figura do trabalhador que atua em todas as etapas da produção.
- 20 Pelas características do atual sistema de produção, a tendência é que as funções desempenhadas pelo trabalhador sejam dinamizadas e alteradas conforme vão surgindo novos processos produtivos, que são conseqüências da incessante evolução tecnológica.
- 21 Os padrões da economia contemporânea demonstram que os avanços tecnológicos quase sempre levam à ampliação dos postos de trabalho.
- 22 Embora com nível desigual de desenvolvimento entre suas regiões, a economia brasileira amplia o grau de exigência de formação educacional para os que buscam inserir-se no mercado de trabalho e, cada vez mais, o mínimo exigido é o ensino médio concluído.

Julgue a pontuação e a correção gramatical dos períodos apresentados nos itens seguintes.

- 23 Da metade do século XX aos nossos dias, a sociedade tem tentado se adaptar à velocidade e às influências que os fatores tecnológicos têm exercido no cotidiano dos cidadãos e, mais fortemente, no desenvolvimento das atividades nas organizações.
- 24 A influência exercida pelos avanços tecnológicos no dia-a-dia dos trabalhadores não é recente: data da Revolução Industrial, quando tem início o declínio do trabalho artesanal, substituído pelo trabalho das máquinas nas fábricas.
- 25 O baixo nível de instrução e de informação de um grande contingente da população trabalhadora, conseqüência da luta pela sobrevivência e do pouco investimento público em educação, são fatores que dificultam a utilização de novas tecnologias no processo de trabalho.
- 26 Existe trabalhadores que reagem negativamente ao auxílio tecnológico, para o desenvolvimento de sua atividade, por causa que qualificação e conhecimento se junta ao medo de perder o emprego.
- 27 O contexto da contemporaneidade exige de todos, particularmente da classe trabalhadora destrezas e habilidades físicas, qualificando-a para trabalhar com tecnologias digitais, ou estarão colocando em risco sua subsistência.
- 28 No cenário atual, criado pela globalização e pelas mudanças no mundo do trabalho, refletir sob a forma de articular tecnologia e trabalho e buscar-se novas alternativas para se lidar com essa situação, é o desafio com o qual se defrontam as sociedades.

Acerca de redação e correspondência oficiais, julgue os itens subseqüentes.

- 29 A correção gráfica é requisito elementar de qualquer texto; no entanto, perde um pouco de sua importância quando se trata de textos oficiais.
- 30 As palavras emenda e ementa, empregadas em documentos oficiais, significam, respectivamente, **regeneração ou remendo e súmula de decisão judicial ou do objeto de uma lei**.
- 31 Denomina-se **portaria** o instrumento pelo qual ministros ou autoridades expedem instruções sobre a organização e o funcionamento de serviços de sua competência.
- 32 A distribuição das partes das leis brasileiras em geral observa o seguinte esquema hierárquico básico: seções, capítulos, títulos, artigos, subseções, parágrafos e alíneas.

1 Os defeitos da estrutura agrária de um país são como as
doenças que só podem ser debeladas pela via cirúrgica. Os males
decorrentes de uma estrutura agrária defeituosa — a pobreza
4 extrema da população rural; a baixa produtividade do lavrador
pobre; a deterioração dos recursos naturais; a submissão política
e cultural da gente do povo aos senhores de terras — só podem
7 ser corrigidos mediante uma intervenção direta do Estado.

Qual o defeito básico da nossa estrutura agrária?
A concentração da terra em pouquíssimas mãos: 10% dos
10 proprietários rurais são donos de mais da metade das terras
próprias para a exploração agropecuária. Concentração fundiária
é sinônimo de concentração de renda. Por sua vez, concentração
13 de renda em uma ponta significa pobreza no outro extremo.

Os outros males que afligem a população rural — cultivo
em terras impróprias para a agricultura; utilização de técnicas
16 que destroem a fertilidade do solo; recusa de enviar os filhos à
escola; alimentação deficiente; doenças — são conseqüências da
concentração fundiária. A essência da reforma agrária é,
19 portanto, a intervenção direta do Estado para desconcentrar a
propriedade da terra, a fim de criar condições de prosperidade
para a população rural. Para ser eficaz, essa intervenção deve ser
22 drástica, maciça e rápida.

Plínio de Arruda Sampaio. *A importância da reforma agrária.*
In: *Família Cristã*, ano 69, n.º 812, ago./2003, p. 20 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando os
diversos aspectos do tema nele focalizado, julgue os itens
subseqüentes.

- 33 De maneira geral, a estrutura agrária brasileira guarda
semelhanças históricas com a predominante nos demais países
da América Latina.
- 34 Parte dos graves problemas internos atualmente vividos pela
Colômbia, sintetizados por um quadro de guerra civil que se
arrasta por décadas, deriva de uma estrutura agrária semelhante
à brasileira.
- 35 Até a década passada, a República brasileira jamais havia posto
em discussão o tema da reforma agrária.
- 36 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de
grande evidência nos primeiros meses do governo Lula, é o
primeiro movimento social organizado da história brasileira
voltado para a defesa da reforma agrária.
- 37 O autor do texto deixa entrever sua simpatia por uma reforma
agrária consensual, moderada em seus procedimentos e, sempre
que possível, obtida à margem da atuação do poder público.
- 38 Na atual composição do Congresso Nacional, praticamente
desapareceram os grupos ligados aos proprietários rurais, o que
ameniza o tom do debate parlamentar em torno da reforma
agrária.
- 39 Nos primeiros meses de 2003, que correspondem ao início da
nova administração federal, acentuou-se o processo de
ocupação de terras sob a liderança do MST.

40 Nos dias de hoje, o quadro de tensão no campo foi
ampliado com a decisão de proprietários rurais de se
armarem para enfrentar eventuais tentativas de ocupação
de suas terras.

41 A Igreja Católica, por sua Pastoral da Terra, tem reiterado
seu apoio à tese de que a reforma agrária é necessária
e urgente.

42 A “submissão política e cultural da gente do povo aos
senhores de terras” (l.5-6) está relacionada com práticas
clientelísticas que, historicamente, acompanharam a
trajetória brasileira.

43 Queimadas freqüentes e sem os devidos cuidados podem
corresponder ao que o texto classifica como “utilização de
técnicas que destroem a fertilidade do solo” (l.15-16).

44 Ao transformar o ministério encarregado de conduzir o
processo de reforma agrária em secretaria do Ministério
da Agricultura, o governo Lula ganhou o apoio político
dos proprietários rurais e recebeu críticas vigorosas
do MST.

45 A origem mais remota da concentração fundiária no Brasil
encontra-se no início da colonização, com as capitâneas
hereditárias e a distribuição de sesmarias.

46 A “recusa de enviar os filhos à escola” (l.16-17), justifica
a decisão do governo Fernando Henrique Cardoso de
fechar todas as escolas rurais brasileiras, transferindo seus
alunos para as escolas urbanas.

47 Sabendo que o neoliberalismo defende um Estado
mínimo, com reduzido campo de atuação, é correto
afirmar que o autor utiliza-se de argumentação neoliberal
no texto para tratar da reforma agrária.

48 O principal problema hoje existente para a efetiva
implantação da reforma agrária no Brasil é a proibição
legal de se indenizar os proprietários de terras utilizadas
para assentar trabalhadores rurais.

49 Pela atual Constituição da República, a propriedade não
precisa ter função social, o que dificulta a realização da
reforma agrária.

50 Para o autor, existe relação direta entre concentração da
propriedade de terras e concentração de renda.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considere que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias encaminhado ao Congresso Nacional em determinado exercício trouxesse, entre outras, as seguintes disposições:

a) a lei orçamentária anual deverá compreender o orçamento fiscal referente aos poderes da União, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social;

b) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público deverão ser-lhes entregues até o dia trinta de cada mês;

c) a lei orçamentária anual deverá criar doze funções de confiança no âmbito de determinado tribunal regional do trabalho, a serem preenchidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo;

d) o Poder Executivo poderá autorizar, por intermédio da lei orçamentária anual, a criação de uma subsidiária de determinada sociedade de economia mista, destinada a prestar serviços de aviação comercial no país e no exterior.

Acerca dessa situação hipotética e das disposições da Constituição da República a ela pertinentes, julgue os itens que se seguem.

- 51** Considerando a autonomia administrativa e financeira assegurada ao Poder Judiciário, o projeto de lei relativo ao orçamento fiscal anual do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá ser elaborado e encaminhado por esse tribunal diretamente ao Congresso Nacional, segundo o que determina a Constituição Federal.
- 52** A disposição a que alude a letra “b” está em conflito com preceito contido na Constituição da República segundo o qual os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês.
- 53** De acordo com a Constituição Federal, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias na hipótese em apreço deverá ser objeto de parecer de uma comissão mista permanente de senadores e deputados e deverá ser apreciado pelas duas casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- 54** O preceito de que trata a letra “c” está em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal que remetem à reserva da lei a criação de funções ou cargos públicos nos tribunais e atribuem aos servidores ocupantes de cargos efetivos a preferência no preenchimento das funções de confiança.
- 55** A disposição referida na letra “d” é compatível com preceito constitucional que exige autorização legislativa, em cada caso, para a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista, mas colide com norma constante da Constituição da República que veda a inclusão na lei orçamentária anual de dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa.

Um missionário estrangeiro, nascido na República de Angola, país de língua portuguesa, residente no Brasil há um ano ininterrupto, ingressou com ação popular contra o proprietário de uma fazenda, situada na região amazônica, sob a alegação de que o fazendeiro estaria mantendo, em sua propriedade, vários índios na condição de escravos. Além disso, o missionário deu conhecimento do fato ao Ministério Público.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 56** A ação popular não é cabível para o caso, pois essa modalidade de ação judicial tem por objetivo anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade da qual o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- 57** Sendo originário de país de língua portuguesa e tendo residência permanente no Brasil há um ano ininterrupto, o missionário goza de todos os direitos inerentes ao brasileiro nato, desde que haja reciprocidade em seu país em favor dos brasileiros. Isso inclui o direito de litigar em juízo em favor dos índios em questão.
- 58** A ciência do fato ao Ministério Público está correta, uma vez que, de acordo com a Constituição da República, é função institucional do Ministério Público, entre outras, defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- 59** Na hipótese considerada, caso um dos índios queira reivindicar na justiça os direitos decorrentes do trabalho prestado ao fazendeiro, a competência para processar e julgar originariamente o feito será de um juiz federal de primeira instância, segundo o que estabelece a Constituição da República.
- 60** Na situação descrita, tendo em vista que os índios estão sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, seria cabível um pedido de *habeas corpus*; entretanto, essa modalidade de ação constitucional não pode ser utilizada quando a coação é praticada por particular, uma vez que se limita aos casos em que a coação é praticada por agente público.

Julgue os itens de **61** a **65**, relativos à organização da administração pública.

- 61** Os órgãos da administração direta, embora despersonalizados, mantêm relações funcionais entre si e com terceiros, além de contarem com prerrogativas funcionais próprias que, quando infringidas por outro órgão, admitem defesa até mesmo por mandado de segurança.
- 62** Delegação e descentralização, juridicamente, têm o mesmo sentido: transferência, pelo poder público, da titularidade ou da execução da atividade para outras entidades. Dessa forma, a administração indireta corresponde à prestação descentralizada das funções estatais e compreende as autarquias, as fundações instituídas pelo poder público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as concessionárias e permissionárias de serviço público.

63 Caso um banco estadual, organizado na forma de sociedade de economia mista, tenha o seu controle societário transferido para a União, a competência para apreciar ações judiciais contra o banco será alterada, passando da justiça comum estadual para a justiça federal em razão da presença da União como parte ou interessada.

64 Para que se possa conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criar empregos e admitir pessoal nas empresas públicas, é necessária a autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

65 As sociedades de economia mista que explorem atividades econômicas vinculam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, estando sujeitas à falência.

No que concerne a atos e contratos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

66 Apesar de a competência, um dos requisitos essenciais do ato administrativo, ser irrenunciável, ela pode ser delegada ou avocada nas situações que a lei permitir, sendo exercida pelos órgãos a que foi atribuída como própria; entretanto, as decisões proferidas em sede de recursos administrativos não podem ser delegadas.

67 Permissão simples é ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o poder público faculta ao particular a execução de serviços de interesse coletivo, ou o uso especial de bens públicos, a título gratuito ou remunerado, nas condições estabelecidas pela administração.

68 A revogação do ato administrativo decorre do princípio da autotutela, que permite à administração a invalidação do ato por motivos de oportunidade e conveniência. Todavia, os atos que gerarem direitos subjetivos para os administrados são irrevogáveis.

69 A autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da administração indireta poderá ser ampliada mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para a entidade, cabendo à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato, os controles e critérios de avaliação de desempenho, os direitos, as obrigações e as responsabilidades dos dirigentes e a remuneração do pessoal. Os órgãos da administração direta, por sua vez, estão impedidos de fazer semelhante pactuação em razão de não terem personalidade jurídica própria.

70 As modalidades de licitação aplicáveis a todas as esferas de governo são a concorrência, a tomada de contas, o convite, o leilão e o concurso. Em relação à União, existe previsão legal para uma sexta modalidade, denominada pregão, aplicável a contratos para aquisição de bens e serviços comuns.

Com relação aos agentes administrativos, julgue os itens seguintes.

71 Considere a seguinte situação hipotética.

Alda, servidora pública titular de cargo efetivo federal lotada no município de Aracaju – SE, no interesse da administração, foi removida e passou a ter exercício de suas atribuições na capital federal.

Nessa situação, Alda terá direito a uma indenização denominada ajuda de custo, destinada a compensar as despesas de instalação do servidor que teve o domicílio alterado em caráter permanente.

72 Considere a seguinte situação hipotética.

Beatriz exerce o cargo de agente administrativo de uma autarquia federal e, recentemente, foi aprovada em concurso para o cargo de professora da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso do Sul.

Nessa situação, caso haja compatibilidade dos horários e a remuneração não exceda o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, Beatriz poderá, após ser nomeada, tomar posse e entrar em exercício, acumulando os dois cargos.

73 A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança.

74 Para a investidura em cargos ou empregos públicos é preciso a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

75 Considere a seguinte situação hipotética.

Eduardo foi servidor público titular de cargo efetivo federal, tendo sido exonerado por não ter satisfeito as condições do estágio probatório, de acordo com a avaliação de desempenho realizada pela comissão responsável.

Nessa situação, se for apurado em processo administrativo disciplinar posterior à exoneração, assegurada a ampla defesa e o contraditório, que Eduardo, durante o exercício, participou de gerência e administração de empresa privada, o ato de exoneração será convertido em demissão.

Em relação aos contratos, julgue os itens a seguir.

76 Os contratos são sempre bilaterais, seja quanto ao elemento constitutivo seja quanto aos seus efeitos.

77 Considere que determinado negócio tenha sido ajustado diretamente pelas partes, sem a intervenção do corretor. Nesse caso, o corretor não terá direito à remuneração mesmo que disponha de opção de venda e que o negócio tenha sido realizado dentro do prazo da vigência do contrato.

Acerca dos direitos reais sobre coisa alheia, julgue os itens subseqüentes.

- 78** A servidão pode ser corretamente definida como limitação recíproca ao direito de propriedade, imposta por lei a todos os prédios, em razão da proximidade entre eles.
- 79** O direito real que garante a dívida não exclui a garantia pessoal do patrimônio do devedor, para o pagamento das obrigações assumidas.

Acerca de pessoa natural, pessoa jurídica e personalidade, julgue os itens seguintes.

- 80** A dissolução da pessoa jurídica não implica a extinção de sua personalidade jurídica. Ela subsistirá até o término do procedimento de liquidação e a averbação da dissolução no registro onde estiver inscrita a pessoa jurídica.
- 81** Se o menor de dezesseis anos completos estiver sob tutela, somente por sentença judicial será concedida sua emancipação.
- 82** A fundação, pessoa jurídica de direito privado, é constituída por escritura pública ou testamento e a sua finalidade deve restringir-se à consecução de objetivos religiosos, morais, culturais ou assistenciais.

No referente à posse e à propriedade, julgue os itens que se seguem.

- 83** Usucapião é modo de aquisição da propriedade de imóvel urbano ou rural, qualquer que seja sua área, devido à manutenção da posse do imóvel por cinco anos ininterruptos e sem oposição, utilizando-o o possessor para sua moradia ou tornando-o produtivo por seu trabalho.
- 84** Podem ser objeto de posse as coisas corpóreas e os direitos reais ou pessoais que recaiam sobre coisas corpóreas.
- 85** No caso de posse clandestina sobre área pública, o possuidor terá direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e à retenção até a efetiva compensação financeira.

Depois de prestar serviços na função de supervisor de produção, com carga de trabalho de 44 h semanais, José Omar obteve promoção para a função de gerente do setor de produção, passando a deter amplos poderes de gestão. Nessa nova função, sua carga de trabalho foi elevada a 60 h semanais, e seu salário, acrescido da gratificação de função de 60% do valor anteriormente recebido.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 86** Como gerente, as horas extras prestadas por José Omar deverão ser remuneradas com adicional mínimo de 50%.
- 87** Mesmo que a jornada como gerente passasse a alcançar o período noturno, José Omar não faria jus à percepção do adicional de 20% previsto para cada hora prestada entre 22 h e 5 h.

Julgue os itens seguintes, a respeito de direitos trabalhistas.

- 88** De acordo com a Constituição da República, considera-se válida a cláusula de convenção coletiva de trabalho que estabeleça o cumprimento da jornada de 6 h às 19 h, com 1 h de intervalo, em escala de 12 h de trabalho por 36 h de descanso, sem a percepção de horas extras.
- 89** O trabalhador que faltar ao trabalho por dois dias na semana, um dos quais justificado por atestado médico, perderá o direito à fruição e à remuneração do descanso semanal remunerado.

Julgue os itens subseqüentes, acerca de férias anuais remuneradas.

- 90** Considere a seguinte situação hipotética.

João e Maria são casados e trabalham para a mesma fábrica de móveis, ele no setor de produção e ela na área administrativa. Em razão do vínculo matrimonial, formularam pedido ao empregador para que suas férias fossem concedidas no mesmo período. Embora não gerasse qualquer prejuízo para as atividades da empresa, a solicitação formulada por João e Maria não foi acolhida.

Nessa situação, está caracterizada a violação ao direito de João e Maria, cabendo à delegacia regional do trabalho impor a multa prevista, caso o fato seja levado ao seu conhecimento.

- 91** Depois de doze meses de trabalho na empresa, sem que tenha faltado por mais de cinco vezes ao serviço, o empregado adquire direito à fruição de férias, que devem ser concedidas nos doze meses seguintes. Se o empregado tiver interesse em vender suas férias, em razão de dificuldades financeiras devidamente comprovadas, poderá oferecê-las ao empregador, que poderá concordar ou não em comprá-las, pagando, na primeira hipótese, o valor mínimo correspondente ao salário acrescido do adicional de um terço.

Julgue os itens de 92 a 94, relativos a contrato individual de trabalho.

- 92** Considere a seguinte situação hipotética.

Paulo foi contratado verbalmente para trabalhar como ajudante na pequena mercearia de Augusto, mediante pagamentos semanais de R\$ 60,00. Laborava 44 h semanais, com folgas aos domingos. Não teve sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) anotada, sendo dispensado depois de dois anos e seis meses de trabalho.

Nessa situação, em razão de não ter sido formalizado o contrato de trabalho, nenhum direito trabalhista de caráter rescisório deve ser reconhecido a Paulo.

- 93** De acordo com a legislação vigente, o contrato de trabalho firmado a título de experiência deve observar o limite máximo de noventa dias, admitida uma única prorrogação ainda dentro desse limite. Por isso, a sua prorrogação depois de superados os noventa dias é ineficaz e conduz ao reconhecimento do contrato de trabalho por prazo indeterminado.

94 Considere a seguinte situação hipotética.

Lucas contratou Flávio para construir um muro na sede de sua empresa de arquitetura e realizar pequenos reparos — todos especificados — em várias salas daquele imóvel. Ficou ajustado que Lucas forneceria os materiais, que os serviços seriam executados em trinta dias e que Flávio receberia a quantia de R\$ 600,00 nesse período, em quatro parcelas semanais de R\$ 150,00.

Nessa situação, ficou caracterizado o vínculo de emprego estabelecido entre Lucas e Flávio.

Quanto a remuneração, salário e gratificação, julgue os itens que se seguem.

95 As gorjetas recebidas por um garçom em uma churrascaria não integram o seu salário contratual, embora devam ser consideradas para cálculo do valor relativo às férias.

96 Considere a seguinte situação hipotética.

Um empregado, transferido provisoriamente para outra cidade por necessidade de serviço, passou a receber diárias cujo valor correspondia a 60% de seu salário, sem qualquer exigência de prestação de contas.

Nessa situação, o valor das diárias será computado como parcela integrante do salário, com reflexos sobre o FGTS.

97 A gratificação natalina é calculada com base na remuneração devida no mês de dezembro de cada ano, à razão de um doze avos por mês de serviço prestado, observando-se o abatimento do valor de 50% do salário, concedido a título de antecipação entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano.

98 O salário mínimo corresponde à contraprestação mínima devida a todos os trabalhadores, excluídos os empregados cujos salários são calculados exclusivamente com base em comissões.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

99 O filho de Joana e Lúcio nasceu depois de nove meses de gestação. A licença-maternidade teve início 28 dias antes do parto, alcançando os 92 dias que se seguiram ao nascimento da criança. Nessa situação, o salário-maternidade é devido pelo empregador e corresponde ao salário normalmente percebido, sem qualquer redução, sob pena de multa.

100 Em razão do nascimento de seu filho, um empregado solicitou a seu empregador o afastamento do serviço por oito dias para gozo da licença-paternidade. O afastamento foi autorizado apenas por cinco dias. Nessa situação, a conduta do empregador foi acertada, pois observou a duração legal prevista para gozo do referido benefício.

101 Depois de dezoito meses de vigência de seu contrato, Jorge propôs ação judicial para garantir determinada licença a que julgava ter direito. Diante desse fato, o empregador resolveu rescindir o contrato de trabalho por justa causa, por considerar que o ajuizamento de ação romperia a confiança que creditava ao empregado. Nessa situação, a justa causa deve ser afastada pela justiça, detendo Jorge direito à percepção de aviso prévio, férias proporcionais com adicional de um terço, gratificação natalina fracionada e indenização de 40% do FGTS, além da liberação dos depósitos realizados na conta vinculada do FGTS.

102 Depois de trabalhar por dois anos em determinada firma, um empregado recebeu proposta salarial mais vantajosa de outra empresa, razão por que resolveu demitir-se do emprego. Assim, apresentou a seu empregador requerimento de dispensa do cumprimento do aviso prévio, o que lhe foi deferido. Nessa situação, por tratar-se de direito irrenunciável do operário, o aviso prévio será devido pelo empregador, pouco importando a ausência da prestação laboral no período correspondente.

103 Trinta dias depois de eleito para cargo de direção sindical, Júlio, chefe de departamento de um supermercado, foi acusado de cometer assédio sexual contra uma de suas subordinadas. Tão logo a direção da empresa tomou conhecimento do fato, determinou a instauração de sindicância, sendo colhidos os depoimentos da empregada assediada e de outras que trabalhavam no mesmo setor. Convencendo-se da gravidade do comportamento de Júlio, a empresa dispensou-o sumariamente, sem quaisquer formalidades, por justa causa. Nessa situação, se for chamada pelo trabalhador a solucionar o conflito, a justiça do trabalho terá de decretar a nulidade da dispensa.

104 Comercial de Sapatos Ltda. firmou contrato com o sindicato da categoria profissional correspondente, com o qual estabeleceu diversas normas e condições de trabalho que seriam aplicáveis, por determinado período, aos contratos de trabalho firmados entre a empresa e seus empregados. Nessa situação, é correto afirmar que o negócio jurídico celebrado é perfeitamente válido e recebe a denominação de convenção coletiva de trabalho.

105 Pedro, portador do vírus HIV, foi flagrado pelo empregador utilizando drogas injetáveis durante o intervalo para refeição e descanso, no interior das dependências da empresa. Em razão desse fato, Pedro foi dispensado do emprego por justa causa. Nessa situação, Pedro não terá direito ao levantamento dos depósitos do FGTS.

Quanto ao TST e a seus ministros, julgue os itens abaixo.

106 A competência do TST corresponde, como regra, ao território do Distrito Federal, sendo que, para algumas espécies de ações e recursos, pode abranger outras unidades da Federação e até todo o território nacional.

107 O TST compõe-se de dezessete ministros, os quais, entre outros requisitos, devem ter mais de 35 e menos de 65 anos de idade. Se, em dado momento, o tribunal apresentar três vagas de ministro destinadas aos juizes dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), deverá enviar ao presidente da República, após os procedimentos adequados, lista com cinco nomes.

108 De acordo com o Regimento Interno do TST (RITST), a presidência, a vice-presidência e a corregedoria-geral são cargos de direção do tribunal, os quais são providos por meio de rodízio entre os ministros que compõem a Corte, com obediência à ordem decrescente de antiguidade.

Em relação à polícia, às comissões e à organização do TST, julgue os itens a seguir.

- 109 Durante as sessões dos órgãos fracionários do TST, como as turmas e seções, o poder de polícia caberá ao ministro que estiver presidindo o ato.
- 110 Em virtude do caráter permanente tanto da atividade jurisdicional em geral quanto da justiça do trabalho em particular, todas as comissões do TST, a que alude o RITST, são também permanentes.
- 111 Os juízes de TRTs convocados para atuar no TST não integram o Plenário em todas as sessões. Nestas, é necessário maioria absoluta para algumas deliberações, como a escolha dos ministros que dirigirão o tribunal.

No atinente à competência, à Seção Administrativa e às Seções Especializadas do TST, julgue os seguintes itens.

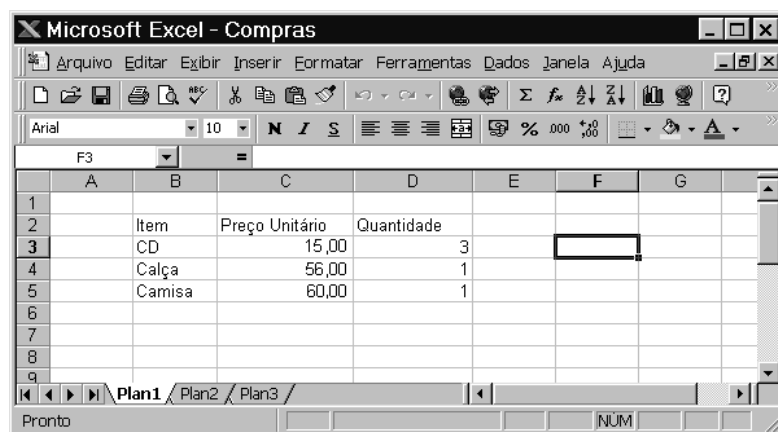
- 112 Compete ao presidente do tribunal decidir, de maneira unipessoal, os recursos interpostos por candidatos contra decisões administrativas proferidas nos concursos para a magistratura trabalhista; já ao Plenário do TST compete apreciar, em grau de recurso e em sessão administrativa, todas as decisões monocráticas do presidente da Corte.
- 113 Sempre que determinada matéria administrativa não estiver expressamente inserida na competência de algum órgão do TST, seu exame incumbirá à Seção Administrativa do tribunal.
- 114 Se determinada categoria profissional mantiver-se em greve que englobe território que exceda o da região de um TRT, a competência para julgar as ações concernentes à greve será da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST.

Relativamente ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Secretaria-Geral, ao Gabinete do presidente e ao dos ministros do TST, julgue os itens subsequentes.





- 115 A Constituição brasileira atribui ao Ministério Público a função de defender a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Por essa razão e pela relevância dos casos que chegam ao TST, o MPT deve ofertar parecer em todos os processos que tramitem nesse tribunal.
- 116 Os servidores do TST são integral e exclusivamente regidos pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).
- 117 De acordo com o RITST, vinculada ao gabinete de cada ministro do TST, haverá uma assessoria de comunicação social, destinada, entre outras atividades, a manter relacionamento com os órgãos de imprensa e a divulgar as atividades dos membros do tribunal.
- 118 O horário e a fruição das férias dos servidores que atuam nos gabinetes dos ministros serão determinados pelo respectivo ministro, sendo necessário o controle de horário e frequência.

Com referência às emendas ao RITST e às resoluções do tribunal, julgue os itens que se seguem.

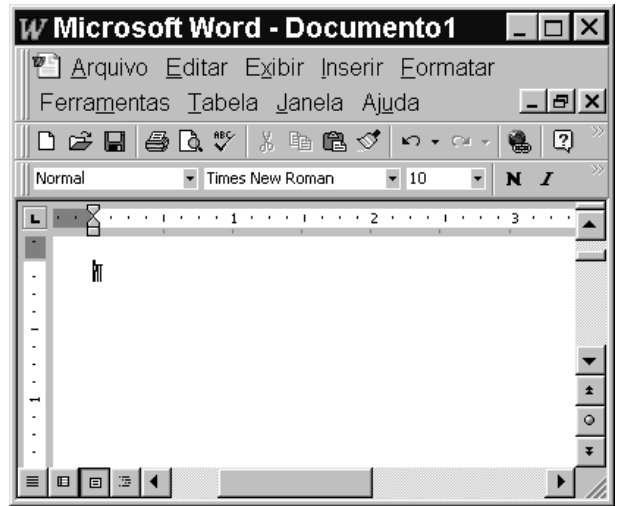
- 119 Denominam-se emendas regimentais todos os atos normativos aprovados pelo órgão competente do TST com a finalidade de alterar o regimento interno.
- 120 Se, hipoteticamente, o TST aprovar, no último dia útil do ano de 2004, uma resolução administrativa com o número de ordem 50 e, no primeiro dia útil do ano de 2005, aprovar outro ato da mesma categoria, este terá o número de ordem 1, de 2005.



A figura acima mostra uma janela com uma planilha do Excel 97, que contém uma lista de compras. Com relação a essa figura e ao Excel 97, julgue os itens seguintes.


- 121 Para se maximizar a janela mostrada, é suficiente aplicar um clique duplo em um local vazio da barra de título.
- 122 Ao se clicar o ícone  à esquerda da barra de título, aparecerá uma lista de opções, entre as quais a opção Imprimir.
- 123 Para se calcular a quantidade total de itens comprados e pôr o resultado na célula D6, é suficiente clicar a célula D6, digitar D3+D4+D5 e, em seguida, teclar .
- 124 Para se mesclar as células C1 e D1, é suficiente selecionar essas células e clicar ; para se dividir a célula mesclada resultante da ação anterior, obtendo novamente as células C1 e D1, é suficiente clicar a célula mesclada e, em seguida, clicar .

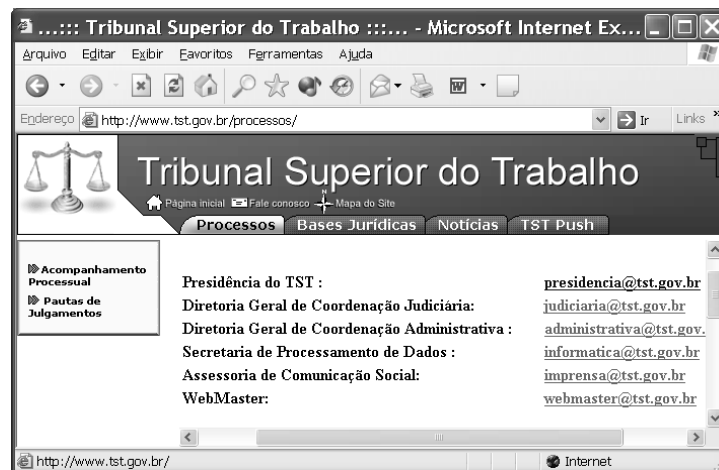
Na figura ao lado, observa-se uma janela do aplicativo Word 97, na qual será editado um texto. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 97.




125 Quando se trabalha com documentos grandes e se deseja mover ou copiar texto entre partes desses documentos, é conveniente dividir a janela do Word 97 em dois painéis, o que pode ser feito por meio da opção Dividir, encontrada no menu **Janela**.

126 É correto afirmar que, na janela mostrada, o texto a ser digitado estará formatado para o estilo normal. A alteração das combinações de formatos desse estilo pode ser realizada utilizando-se a opção Estilo do menu **Formatar**.


127 Para se inserir no documento em edição o conteúdo de um arquivo existente no disco rígido do computador e que esteja com um formato compatível ao do Word 97, é suficiente clicar  e, na caixa de diálogo resultante dessa ação, selecionar o arquivo desejado e, em seguida, clicar **Inserir**.



Um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do TST — <http://www.tst.gov.br> — e, após algumas operações nesse sítio, obteve a página mostrada na figura acima, cujo URL está indicado no campo **Endereço**. Acerca de conceitos relacionados à Internet, ao Internet Explorer 6 e à figura apresentada, julgue os itens que se seguem.

128 A instrução  <http://www.tst.gov.br/processos/> encontrada no campo **Endereço** permite concluir que o acesso à Internet descrito acima está-se realizando em um ambiente em banda larga, em que taxas da ordem de 2 Mbps em operações de *download* podem ser obtidas.

129 Considerando que presidencia@tst.gov.br constitui um *hyperlink* por meio do qual é possível enviar uma mensagem de *e-mail* para o endereço eletrônico presidencia@tst.gov.br, é plausível concluir que, ao se clicar esse *hyperlink*, será dado início a um processo que permite a composição e, posteriormente, o envio de uma mensagem de correio eletrônico, utilizando-se aplicativo adequado previamente configurado no Internet Explorer 6.

130 O símbolo  mostrado no campo superior direito da janela do Internet Explorer 6 indica que o acesso à Internet está-se realizando em uma rede *dial-up*, e, por conseguinte, o computador por meio do qual o acesso está sendo feito deve dispor de placa de rede do tipo 10/100 Mbps *Ethernet*.

De acordo com a Lei n.º 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, um programa de gestão de documentos inclui o(a)

- 131 produção de documentos.
- 132 avaliação de documentos.
- 133 permuta de documentos.
- 134 reprodução de documentos.
- 135 arquivamento de documentos.

Julgue os itens abaixo, referentes à teoria das três idades dos documentos de arquivo.

- 136 Os documentos definidos como de valor permanente devem ser preservados no arquivo intermediário.
- 137 Alguns documentos podem ser eliminados na fase corrente em uma instituição que possua uma política de avaliação.
- 138 Cumpridos os prazos previstos na tabela de temporalidade da instituição, os documentos serão recolhidos da fase corrente para a fase permanente.
- 139 A transferência de documentos ocorrerá tão logo seja finalizado seu trâmite.
- 140 Os documentos com prazo de guarda de cem anos deverão ser preservados na fase intermediária.

Em relação à organização do trabalho, às atitudes e à prioridade em serviço, julgue os itens subsequentes.

- 141 A organização do trabalho envolve a divisão de tarefas entre as pessoas e o agrupamento dessas tarefas em unidades ou setores de acordo com a similaridade entre elas.
- 142 O trabalho bem coordenado exige metas claramente estabelecidas e definição da melhor forma de alcançá-las.
- 143 Em uma organização, o sucesso do trabalho depende exclusivamente das seguintes condições asseguradas aos empregados: reconhecimento do trabalho realizado, possibilidade de aperfeiçoamento, participação nas decisões e relacionamento interpessoal saudável.

Julgue os itens seguintes, relativos à qualidade de atendimento ao público.

- 144 O longo tempo de espera do cliente e a falta de cortesia na prestação de informações são os principais indicadores da perda de qualidade do serviço de atendimento ao público.
- 145 A queda do padrão de qualidade do atendimento ao público pode comprometer a imagem e a eficácia dos serviços de uma organização.

Julgue os itens a seguir, relativos ao trabalho em equipe e ao comportamento interpessoal dentro de uma organização.

- 146 O sucesso nas relações humanas depende do grau de compreensão entre os indivíduos. Quando há compreensão mútua, as pessoas comunicam-se melhor e conseguem resolver conflitos de modo saudável.
- 147 A capacidade de desenvolver trabalhos em equipe, com postura profissional participativa e aceitação da premissa de que cada pessoa tem uma contribuição a oferecer, é uma competência exclusivamente gerencial.
- 148 Para que o comportamento interpessoal seja eficaz, é necessário saber ouvir, eximindo-se, contudo, de buscar o significado subjetivo das palavras e da linguagem corporal do outro.
- 149 As pessoas devem sempre reagir ao outro no nível emocional, privilegiando as circunstâncias do fato em detrimento dos sentimentos nele envolvidos.

João, funcionário de um órgão público, foi indicado para assumir a função de chefe de secretaria. Durante o exercício da chefia, João freqüentemente solicitava a seus colaboradores que lhe fizessem trabalhos particulares e, no gerenciamento dos trabalhos da secretaria, estabelecia prazos inexecutáveis para as tarefas.

Considerando as exigências de atitudes profissionais no serviço público, julgue o seguinte item.

- 150 João utilizou sua posição hierárquica para proveito próprio e abusou da autoridade de gestor público, apresentando comportamento antiético no âmbito do serviço público.



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONCURSO PÚBLICO
Aplicação: 7/9/2003

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS DAS PROVAS OBJETIVAS

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB) divulga os gabaritos oficiais definitivos das provas objetivas aplicadas no dia 7 de setembro de 2003.

| TÉCNICO JUDICIÁRIO / ÁREA: ADMINISTRATIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| CADERNO BRANCO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| E | C | E | E | E | C | C | E | E | E | E | C | C | C | C | C | C | E | E | C | E | C | C | C | E |
| 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
| E | E | E | E | C | C | E | C | C | E | E | E | E | C | C | C | C | C | E | C | E | E | E | E | C |
| 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 |
| E | C | C | E | C | C | E | C | + | E | E | E | E | E | C | C | C | C | E | + | C | E | C | E | C |
| 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
| E | E | E | C | C | C | C | E | C | E | E | C | C | E | C | E | E | C | E | C | C | C | E | E | C |
| 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 |
| C | E | C | E | E | E | C | E | C | E | + | E | C | C | E | E | E | C | E | E | C | E | E | C | C |
| 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 |
| C | E | E | C | E | C | C | E | E | C | E | C | E | E | C | C | C | E | E | C | C | E | E | E | C |

Observações: **+** ITEM ANULADO

■ ITEM COM GABARITO ALTERADO/ATUALIZADO

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA PROVAS BRANCA E VERMELHA

- ITEM 59 – item anulado, pois a matéria questionada (competência da Justiça Federal) não constava do conteúdo programático previsto no edital.
- ITEM 70 – item anulado, pois a matéria questionada (Modalidades de Licitação) não constava do conteúdo programático previsto no edital.
- ITEM 111 – item anulado por apresentar ambigüidade, permitindo, do ponto de vista lingüístico, mais de uma interpretação para a questão tratada.
- ITEM 123 – gabarito alterado de C para E por erro na divulgação do gabarito oficial preliminar.